

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.117 - MG (2018/0330840-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : APLIC FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADOS : EBER DE MEIRA FERREIRA - SP257868
MARCELO GUARITÁ BORGES BENTO - SP207199
AGRAVADO : GILBERTO FERREIRA DA CUNHA
AGRAVADO : GILBERTO FERREIRA DA CUNHA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO DEVEDOR. DESCONSTRIÇÃO MANTIDA. PRECEDENTES. INEXISTÊNCIA, NO CASO, DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 830 DO NCPC. PENHORA INDEFERIDA COM FUNDAMENTO NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

DECISÃO

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que deu origem a este recurso, pode-se aferir que APLIC FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. (APLIC FACTORING) ajuizou ação de execução contra GILBERTO FERREIRA DA CUNHA e OUTRO (GILBERTO e OUTRO).

No curso da ação, o Juízo de piso indeferiu o pedido de penhora de imóvel de propriedade dos executados, conforme escritura pública juntada aos autos.

Essa interlocutória foi desafiada por agravo no qual a APLIC FACTORING sustentou ter ajuizado execução de título extrajudicial em face dos agravados, fundado em termo de reconhecimento de dívida, sendo devedores da quantia de R\$ 33.840,00 (trinta e três mil oitocentos e quarenta reais), sendo que não efetuaram o pagamento das parcelas devidas, reclamando o vencimento antecipada de toda a dívida.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO DEVEDOR. DESCONSTRIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. A penhora de bens em sede de execução por quantia certa exige prévia citação do executado, ausência de nomeação de bens à penhora, e que seja

certificado por oficial de justiça que o devedor não tenha sido localizado ou que esteja se ocultando intencionalmente, de modo a justificar a imprescindibilidade de medida extrema (e-STJ, fl. 219).

Irresignado, a APLIC FACTORING interpôs recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 830 do NCPC, sob o fundamento de que deve ser determinado o imediato e cautelar arresto e lavratura de penhora sobre o imóvel.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 317).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da alegada violação do art. 830 do NCPC.

APLIC FACTORING sustentou que deve ser determinado o imediato e cautelar arresto e lavratura de penhora sobre o imóvel.

O Tribunal de origem consignou que não é possível o arresto, assegurado pelo art. 830 do NCPC, pois ausente os requisitos exigidos para tal medida, confira-se:

A lei processual determina que nas execuções por quantia certa, o devedor será citado para, no prazo de três dias, realizar o pagamento integral do débito e dos honorários de advogado.

Não efetivada a citação, e havendo suspeita de ocultação do devedor, será promovida citação por hora certa, aperfeiçoando o ato jurídico necessário à estabilização da relação processual.

O arresto, assegurado no art. 830, CPC/15, somente se efetiva caso o executado deixe de pagar no prazo legal, não ofereça bens à constrição, e que seja certificado por oficial de justiça que o devedor não tenha sido localizado ou que esteja se ocultando intencionalmente, de modo a justificar a imprescindibilidade de medida extrema.

Evidentemente que a medida constritiva se aperfeiçoa com a citação

do devedor, ainda que realizada de modo ficto.

Portanto, antes de se determinar o bloqueio ou indisponibilidade dos bens do executado, necessário que o ato seja precedido da citação do executado, seja constatada a ausência de nomeação de bens à penhora, e que o devedor não tenha sido localizado ou que esteja se ocultando do ato citatório.

Tecidas as considerações prévias, denota-se do caso em apreço que o agravado/executado não foi citado, não houve indicação de bens a penhora e não existe certidão exarada por oficial de justiça atestando que o devedor esteja, de modo intencional, se furtando ao ato citatório (e-STJ, fl. 221, sem destaque no original).

Assim o fazendo, o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com o entendimento firmando nesta Corte, no sentido de que só é possível o arresto caso o executado já tenha sido citado, seja constatada a ausência de nomeação de bens à penhora e que o devedor não tenha sido localizado ou que esteja se ocultando, fatos que não ocorrem na hipótese dos autos.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS, MEDIANTE ARRESTO EXECUTIVO, VIA SISTEMA BACENJUD, ANTES DA PRÁTICA DE ATOS JUDICIAIS TENDENTES A LOCALIZAR O DEVEDOR PARA A CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 28/10/2015, contra decisão publicada em 16/10/2015.

II. Na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, admite-se o arresto de dinheiro, via Sistema Bacenjud, nos próprios autos da execução, se preenchidos os requisitos legais previstos no art. 653 (existência de bens e não localização do devedor) ou no art. 813 (demonstração de perigo de lesão grave ou de difícil reparação), ambos do CPC/73. Em relação ao arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC/73, tal medida visa assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. Assim, desde que frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto executivo de seus bens. Precedentes do STJ (REsp 1.044.823/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/09/2008; REsp 1.240.270/RS, Rel.

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2011; REsp 1.407.723/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/11/2013; REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, DJe de 15/08/2013; REsp 1.338.032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/11/2013).

III. Na hipótese dos autos, considerando que é incontroversa a falta de demonstração, na petição inicial da Execução Fiscal, dos requisitos autorizadores da medida cautelar de arresto, prevista nos arts. 813 e seguintes do CPC/73, e levando-se em consideração, outrossim, que o arresto executivo dos valores pertencentes ao executado ocorreu anteriormente a qualquer tentativa de citação deste, impõe-se a conclusão de que o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação firmada pelo STJ. Por conseguinte, deve ser mantida a inadmissão do Recurso Especial, com base na Súmula 83/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 555.536/PA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 2/6/2016)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA.

1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013).

2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.

(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 5/11/2013, DJe 29/11/2013)

Incide sobre o tema o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

Ademais, para acolhimento do apelo nobre, a fim de modificar o fato de que ausente os requisitos para o deferimento do arresto, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que faz incidir na espécie, o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Por derradeiro, esta Corte possui o entendimento de que, estando a decisão em conformidade com o entendimento desta Corte, fica inviabilizada a análise do especial.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

